

Sílvio Crestana tem o desafio de repensar o modelo da Embrapa

Novo presidente da instituição assumiu há um mês • PÁG. A18

Pela 1.ª vez, papa não participará da cerimônia do ângelus

João Paulo II também não dará a bênção dominical • PÁG. A20

Até hoje SUS não trata de fumante

Ministro da Saúde anunciou em maio de 2004 que a rede passaria a fornecer tratamento gratuito, mas não comprou os remédios

TABAGISMO

Lígia Formenti
BRASÍLIA

Em maio, o ministro da Saúde, Humberto Costa, anunciou que o Sistema Único de Saúde (SUS) passaria a fornecer tratamento gratuito para os fumantes abandonarem o vício. Para a compra de um medicamento que ajuda a combater a síndrome de abstinência, gomas e adesivos de nicotina usados na terapia, seriam liberados R\$ 5,4 milhões. Na ocasião, o ministro afirmou que a meta era oferecer o serviço em todo o País até 2006. Até agora, no entanto, a aquisição dos remédios não foi concretizada.

O tratamento de fumantes é

Governo diz que ação é inovadora e são poucos os países que oferecem o serviço

uma das medidas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na luta antitabagista, acompanhada, por exemplo, da restrição da propaganda, do aumento do preço dos cigarros e da ampliação de ambientes livres de fumo. Por enquanto, 867 unidades estão prontas para oferecer o serviço. Equipes desses postos, espalhados em 423 municípios de 20 Estados, foram treinadas para oferecer uma terapia. Falta, agora, a medicação.

AMPLIAÇÃO

A chefe da divisão de controle de Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Tânia Cavalcanti, admite que o cronograma sofreu um atraso. "Mas esperamos que 822 serviços es-

tejam em funcionamento até o fim de 2005, como havíamos previsto", afirmou.

Tânia argumenta que a ação do governo é inovadora e poucos são os países que oferecem esses serviços. Entre eles está o Canadá, que adota um sistema de saúde descentralizado, e a Inglaterra. Neste caso, pacientes recebem o tratamento pelo seguro de saúde.

"O ideal é que operadoras brasileiras ofereçam esse tipo de tratamento também." A Agência Nacional de Saúde Suplementar estuda a possibilidade de criar modalidades de planos de saúde que garantam a seus consumidores a possibilidade de optar por contratos que tenham, também, a assistência farmacêutica.

"Tivemos de criar um protocolo para ver quantos pacientes seriam atendidos. Tudo exige uma logística, não é simples", contou. A compra de medicamentos para tratamento do tabagismo foi centralizada pelo Ministério da Saúde sob a justificativa de agilizar o serviço de aquisição e distribuição de medicamentos.

A portaria de 2004 assinada pelo ministro Costa é uma ampliação de uma norma anterior, datada de 2002, que previa o mesmo tipo de assistência. A primeira norma não deslanchou. "Pela antiga regra, o tratamento teria de ser feito em centros de maior complexidade. Acreditamos melhor tirar essa restrição e oferecer o tratamento em centros básicos também", explicou Tânia. Os centros que já haviam sido cadastrados pela antiga regra continuam em funcionamento. ●



FOTOS CLAUDIA FERRAZ/Æ

FALHA NA SEGURANÇA - No shopping, a copeira Elizabeth conta que nunca teve de deixar o hábito

Britânicos lançam ataque ao tabaco

Associação defende legislação para um 'mundo livre da fumaça do cigarro'

Cristina Amorim

A Associação Médica Britânica lançou um ataque frontal contra a indústria do tabaco. O documento chamado Smoke-Free World, divulgado neste mês, reúne dados científicos e depoimentos favoráveis às leis contra o fumo feitas por especialistas de oito países, todos batendo em uma única tecla: uma legislação que restrinja o fumo em locais fechados é essencial para salvar vidas.

"Smoke-free" é o termo usado para designar leis que impedem pessoas de fumar em ambientes públicos fechados. O nome do relatório faz menção direta à vertente legal, mas pode ser traduzido como "mundo livre de fumaça". A intenção da associação é clara e expressa por seu presidente, James Johnson, na carta de abertura do relatório: "O que precisamos é de liderança política."

Segundo ele, a indústria do tabaco tem vendido mitos de que tal legislação é desnecessária, impopular e desvantajosa para a economia. Onerosa, dizem os especialistas de saúde, apenas para os fabricantes. "A nova lei encorajou muito mais fumantes a desistirem - como é evidente na queda contínua das vendas de cigarro", afirma o presidente da Organização Médica Irlandesa, James Reilly. Na Irlanda, a venda do produto caiu quase 16% nos primeiros seis meses de 2004, ano em que o país assumiu tal diretriz política. Em contrapartida, em Nova York, a receita de bares e restaurantes cres-

ceu quase 9% no primeiro ano com leis antifumo.

"O documento mostra como o Reino Unido está atrasado nessa questão em comparação com o Brasil, que sempre esteve na vanguarda da legislação antifumo", afirma a coordenadora do programa de tabagismo do Instituto do Coração, Jaqueline Scholz. Após uma década de aplicação no Brasil, ela conta que os resultados começam a ser colhidos. "No centro onde atuo, vejo fumantes que querem parar porque se sentem coibidos, discriminados."

Na Austrália, onde diversos Estados e territórios proibem o fumo em locais públicos e de trabalho, o impacto é sentido nos lares. "A proporção de casas com restrições ao fumo mais do que dobrou em oito anos. Isso significa que menos crianças correm o risco de ter infecções respiratórias", diz William Glasson, presidente da Associação Médica Australiana.

Segundo o relatório, escritórios em que o fumo é proibido reduzem o hábito em 4%. Muitas toxinas aspiradas por fumantes passivos são invisíveis e inodoras, não sendo removidas no ambiente com sistemas de ventilação e de filtragem do ar.

Nesses ambientes fechados, o nível de poluição alcançado pelo cigarro pode ser 50 vezes maior do que o nível medido em um túnel por onde passam carros. ●

'Há placas, mas vejo outros fumando e fumo'

Estabelecimentos fechados desrespeitam lei de combate ao vício

Claudia Ferraz

Desde 1996, é proibido fumar em ambientes fechados. No entanto, é comum ver pessoas fumando dentro de shoppings, que até dispõem de cinzeiros nos corredores. Em São Paulo, o desrespeito à lei é incentivado pela ausência de fiscalização tanto por parte dos estabelecimentos comerciais quanto da Prefeitura.

Os fumantes alegam que os shoppings não exigem que ela seja cumprida. Já os centros de compras dizem que os seguranças são instruídos a coibir o hábito. A própria Secretaria de Coordenação das Subprefeituras informou, em nota oficial, que "não dispõe de uma equipe que faça uma fiscalização permanente nos locais".

O Estado encontrou cinco mulheres fumando em dois shoppings de São Paulo há poucos dias. "Os seguranças passam e não falam nada. Se eles falassem, eu apagaria. Tem tanta coisa fora da lei mais grave do que isso e ninguém faz nada. Acho que não deveria ter lei, porque ninguém leva ao pé da letra mesmo", afirma a copeira Elizabeth da Silva de Souza, de 49 anos, no Shopping Higienópolis. "Tem as placas proibindo, mas eu vejo os outros fumando e fumo também."

A Assessoria de Imprensa do Higienópolis diz que a atitude adotada é educacional. Os seguranças entregam balas e um cartão indicando o local reservado para fumantes. O shopping informa que os cinzeiros têm placas com aviso sobre a lei e pedido para as pessoas apagarem os cigarros.



SEM OBSTÁCULOS - Se houvesse fiscalização, Débora não fumaria

A estudante Debora Fuchs, de 18 anos, mora perto do shopping e fuma cerca de cinco cigarros por dia lá dentro. "Toda vez que acendo um eu fico pensando que não pode, mas se a fiscalização fosse mais forte eu não ia fumar."

DUAS LEIS

No município de São Paulo é proibido fumar em estabelecimentos públicos fechados desde 1980. Segundo a Lei n.º 9.120, compete à Secretaria das Administrações Regionais fiscalizar esses locais. A secretaria diz, porém, que a vistoria depende de denúncias ou notificações feitas pelo telefone 156, mas nenhuma reclamação recente foi registrada.

No Shopping Morumbi, a estudante Ana Paula Hiromi, de 19 anos, foi autorizada a fumar em uma mesa reservada do Café Vienense, da rede Viena. "Até me surpreendi com a autorização", conta. A gerente de Marketing da

rede, Luisa Bielawski, diz que o Vienense é considerado um restaurante por ter mesas e serviço de garçom. "Com mais de 150m², tem uma área exclusiva para fumantes."

O Morumbi alega que convive com duas leis: uma que proíbe o fumo em shoppings e outra que regulamenta o fumo em recintos coletivos, desde que haja delimitação da área de fumantes. De acordo com o shopping, cabe à equipe de segurança orientar os clientes sobre a área indicada para eles.

A multa para os infratores é de 10 Unidades do Valor Fiscal do Município (UFMs), ou R\$ 759,30. A Secretaria de Coordenação das Subprefeituras diz que os 700 fiscais das 31 subprefeituras "fiscalizam ostensivamente outras questões, como camelôs, ocupação indevida do solo e o Programa de Silêncio Urbano (Psiu)". ●

Poucas cidades adotam lei que proíbe fumo em locais fechados

BRASÍLIA

A lei é de 1996, vale para todo o Brasil, mas, mesmo assim, fumar em locais fechados é comum. Com exceção de Brasília, que há pouco tempo aboliu o cigarro em shoppings, aeroportos, prédios e restaurantes (uma liminar ainda permite o fumo em bares), outras cidades têm iniciativas tímidas para preservar não-fumantes da fumaça. "Temos medidas em São Paulo, movimentação no Rio e em Manaus, mas precisamos do banimento total do cigarro em locais fechados", diz a chefe de divisão de controle do tabagismo do Instituto do Câncer, Tânia Cavalcanti. O descompasso é fruto da própria lei: para vigorar num município, ela necessita de regulamentação do governo local.

Ela avalia que a regulamentação é questão de tempo. Lembra que o controle social vem ganhando força e serve como contraponto à justificativa comum de que medidas drásticas afetariam a economia. "Essa é a desculpa mais freqüente, que vem sendo desmentida pela experiência", afirma. Como exemplo, cita os lucros do setor hoteleiro nos Estados Unidos, que cresceram após a proibição do fumo nos hotéis.

A proibição do fumo em locais fechados integra a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que reúne uma política global antitabagismo, já ratificada por mais de 40 países. ● L.F.

OMS quer que Brasil ratifique acordo contra o tabagismo

Jamil Chade
Correspondente
GENEVA

O diretor-geral da OMS, Jonk Wook Lee, cobra do Brasil a ratificação do acordo de controle do tabaco, que entra em vigor hoje. Em entrevista ao Estado, a principal autoridade de saúde da ONU, à qual a OMS é ligada, afirma que "não entende" por que o Brasil não aprovou o documento e pede que o faça "assim que possível".

"O Brasil foi quem presidiu as negociações para a elaboração do acordo e ainda é um dos maiores produtores de fumo do mundo. Só essas razões já seriam suficientes para que ratificasse o tratado", afirmou Lee, que destaca que a diretora do programa da OMS para o combate ao tabaco é uma brasileira, Vera da Costa e Silva.

Lee faz um alerta político e lembra que o governo brasileiro está concorrendo para o cargo de direção da Organização Mundial do Comércio (OMC), em maio. Por isso, deveria dar exemplos de que está comprometido com o sistema multilateral, ao ratificar o primeiro tratado de saúde pública já negociado no âmbito da ONU.

O candidato brasileiro à OMC é o embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que foi quem presidiu a fase final das negociações sobre o acordo do tabaco. "A demora do Brasil em ratificar a convenção revela a complexidade da questão e o cuidado com que o Congresso a está examinando. Não tenho dúvida de que em breve estaremos celebrando a ratificação do Brasil", afirmou Corrêa. Segundo ele, o Brasil não terá de realizar adaptações em suas leis para fazer parte do tratado. ●